

Educação inclusiva na educação básica:

desafios e perspectivas para organização do sistema educacional inclusivo no município de Gurinhém/PB

Welita Gomes de Almeida

Cristiane Moço Canhetti Oliveira

Como citar: ALMEIDA, Welita Gomes de; OLIVEIRA, Cristiane Moço Canhetti. Educação inclusiva na educação básica: desafios e perspectivas para organização do sistema educacional inclusivo no município de Gurinhém/PB. *In:* CAÇÃO, Maria Izaura; CARVALHO, Sandra Helena Escoto de (org.). **Políticas e práticas pedagógicas em atendimento educacional especializado**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 39-60. DOI: <https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-313-7.p39-60>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

CAPÍTULO 2

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL INCLUSIVO NO MUNICÍPIO DE GURINHÉM/PB

Welita Gomes de Almeida¹

Cristiane Moço Canhetti Oliveira²

INTRODUÇÃO

Educação Inclusiva se configura em uma questão social e política marcante no cenário brasileiro nos últimos anos, especificamente no âmbito dos sistemas de ensino. Em termos legais, a proposta da Inclusão está respaldada desde a Constituição de 1988, a qual apresenta idéias de uma educação, independente de etnia, religião, classe social, deficiência, orientando para ações pedagógicas adequadas as necessidades educacionais dos alunos, bem como define atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208, III).

¹ Professora da Educação Básica da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, SEDUC, Gurinhém, PB, Brasil; welitaalmeida@gmail.com

² Professora Assistente Doutora do Departamento de Fonoaudiologia da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, UNESP, Marília, SP, Brasil; criscanhetti@gmail.com

Esses princípios estão contemplados na Lei nº. 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no Capítulo V, e na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, lançada em 2008 pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial – MEC/SEESP cujo objetivo é promover “o acesso, a participação e aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, sendo complementada pelo atendimento educacional especializado” (BRASIL, 2008, p. 1)

O movimento da Política Nacional de Educação Inclusiva está direcionado à escola pública, tendo em vista a necessidade de medidas de adequação curricular, acessibilidade, preparação dos professores e apoio especializado, de modo que atenda as necessidades educativas dos alunos, estimule o desenvolvimento e a capacidade de aprendizagem.

Há um consenso entre estudiosos, pesquisadores e profissionais da educação de que a inclusão não significa pura e simplesmente ‘incluir’ os alunos com deficiência nas classes regulares, mas oferecer condições para esse acesso, em termos de estrutura física e arquitetônica, em metodologias, formação dos professores, comunicação, atitudes de conscientização, etc. Isso implica em “mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças” (MITTLER, 2003, p. 16).

Nesta linha, o aporte teórico da pesquisa está ancorado em produções que versam sobre as práticas de Educação Inclusiva em contextos escolares (ALVES; DUARTE, 2011; BAPTISTA, 2006; BATISTA, 2011; DE VITTA ; DE VITTA, 2010; ABE ; ARAÚJO, 2010; MARINS ; MATSUKURA, 2009; MELO ; FERREIRA, 2009). E a análise sobre a Política Nacional de Educação Inclusiva é traçada a partir de autores que problematizam o discurso oficial e confrontam com as práticas educacionais existentes (KASSAR, 2010; FERREIRA; FERREIRA 2004; DORZIAT, 2010).

A discussão sobre a Educação Inclusiva deve ir além do discurso oficial, adentrando as questões mais específicas da educação, e propriamente das condições das escolas, da realidade dos sistemas educacionais. Segundo Marins e Matsukura (2009), a execução das demandas do governo e das políticas públicas de abrangência nacional, a exemplo da política

de Educação Inclusiva, enfrenta muitas dificuldades para se efetivar, considerando que as regiões possuem diferenças socioeconômicas, culturais e principalmente políticas, as quais tendem a exercer influência nas formas de compreensão e efetivação das políticas educacionais.

Para Batista (2011), muitos municípios brasileiros enfrentam dificuldades quando se trata da gestão de políticas relativas à Educação Especial, uma vez que fazem adesão a programas de oferta de materiais e serviços, como as salas de recursos multifuncionais para o atendimento educacional especializado em escola regular, em contrapartida, nem sempre estão organizadas para a instituição do serviço. Conforme o autor, a adesão ao programa de sala de recursos é apenas o início de um longo processo, pois cabe ao município “contratar os profissionais qualificados ou investir na formação de integrantes de seus quadros, além do delineamento pedagógico que deverá inserir esses serviços nos projetos político-pedagógicos das escolas” (BATISTA, 2011, p. 69).

Outro aspecto ligado diretamente à efetivação da política de Educação Inclusiva nos sistemas de ensino público refere-se à acessibilidade: arquitetônica, curricular, pedagógica, entre outras. Sobre essa perspectiva, Melo e Ferreira (2009) aponta para importância da organização do espaço escolar, tanto do ponto de vista do espaço físico, como da organização pedagógica (materiais escolares, mobiliários adaptados e recursos pedagógicos). Para os autores que discutem sobre a inclusão das crianças com deficiência física, esses fatores organizacionais são fundamentais para garantir a independência e autonomia das crianças, a ponto de que na medida em que não oferecem condições necessárias às crianças, estas tendem a enfrentar dificuldades em sua relação com o meio e aquisição de aprendizagem.

Somada a essas questões, emerge ainda a formação docente como fator necessário para efetivação da inclusão em sala de aula. De acordo com Abe e Araújo (2010, p. 294) “não é suficiente que o professor tenha uma boa formação acadêmica e conhecimentos específicos a respeito das deficiências; é necessário que o professor seja sensibilizado à observação do desempenho do aluno frente às demandas ambientais colocadas pela escola”.

Diante deste cenário, pode-se evidenciar a importância da realização de estudos e pesquisas sobre a efetivação da Educação Inclusiva em escolas da rede municipal, considerando o fato de que são relativamente poucos os municípios brasileiros que contam em sua rede de ensino com a oferta deste serviço.

Esta pesquisa teve por objetivo analisar as ações e desafios da Secretaria Municipal de Educação de Gurinhém-PB, com vistas à oferta da Educação Inclusiva e do Atendimento Educacional Especializado. A pesquisa consistiu em trazer contribuições para a organização dos sistemas de ensino, na tentativa de auxiliar os gestores para a implantação da Educação Inclusiva, o funcionamento das salas de recurso multifuncional e o Atendimento Educacional Especializado.

DISCURSOS E PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Este tema tem por finalidade abordar os discursos oficiais da Política Nacional de Educação Inclusiva a partir dos documentos: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008 e as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (BRASIL, 2009). No entanto, para além do discurso oficial, ressaltam-se as questões práticas, ou seja, os desafios para a materialização da educação inclusiva.

Levando em consideração o contexto histórico, observa-se que treze anos após a publicação da LDB 9.394/96, algumas mudanças no sentido de uma educação inclusiva foram se realizando na Educação Especial brasileira, no entanto, essas mudanças têm se constituído notadamente em termos de legislação. É consensual entre pesquisadores e estudiosos que o processo de inclusão no Brasil avançou muito no sentido dos textos legais e da própria política educacional, contudo, existem questionamentos quanto à efetivação, o diagnóstico da educação inclusiva, ou seja, os resultados das experiências que estão sendo realizadas.

A Política Nacional de Educação se caracteriza pela proposta de inclusão baseada em acesso, participação e aprendizagem das crianças com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/

superdotação nas classes regulares e atendimento educacional especializado em turno inverso ao da classe regular. Para isso, orienta as escolas a promover respostas às necessidades dos alunos, garantindo:

Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; Atendimento Educacional Especializado; Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para inclusão escolar;

Participação da família e da comunidade; Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p. 14)

Conforme vemos, essa política destaca a Educação Especial como “uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades” (BRASIL, 2008, p. 15), sendo oferecida nas turmas comuns do ensino regular e complementada através do atendimento educacional especializado, cuja função seria “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008, p. 15).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) foi regulamentado em 2008, pelo Decreto Nº 6.571 de 17 de setembro, o qual destaca que “a União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado” (Art. 1º, p. 1) O decreto assinala que o Ministério da Educação prestará esse apoio técnico e financeiro através de ações voltadas à oferta do AEE, assim previstas no artigo 3º:

I - Implantação de salas de recursos multifuncionais;

II - Formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva;

III - Adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade;

IV - Elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para acessibilidade; e

V - Estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior. (2008, p.1.

Além do decreto citado, o Ministério da Educação - MEC, o Conselho Nacional de Educação - CNE e a Câmara de Educação Básica - CEB publicou a Resolução nº 4, de Outubro de 2009 que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. (BRASIL, 2009) O referido documento especifica que o AEE tem como função “complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem” (2009, Art. 2º, p. 1).

O desenvolvimento da política no país é fomentado a partir da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) em parceria com as secretarias estaduais e municipais. Os principais programas são: Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial, Programa Escola Acessível, Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais e Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência, Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC na Escola).

De modo geral, estes programas e ações tem tido alcance em contextos educacionais específicos, mas, é preciso considerar que em grande parte dos sistemas educacionais, esta política vem se desdobrando a passos lentos, mediante as dificuldades dos estados e municípios e, especialmente, das escolas.

Conforme visto, o Brasil encontra-se em um patamar elevado quando se trata de legislação, mas, isso não garante as mudanças almejadas para o campo de educação.

O raciocínio é o de que uma nova educação se faria bastando criar uma condição de imposição legal aos sistemas educacionais. Ao desconsiderar na educação a intrínseca participação dos personagens sociais que a materializam, a complexidade das relações que a engendram e nas quais os personagens, o jeito de fazer a educação, a maneira como se organiza e como o funcionamento dos sistemas estão constituídos, é pouco provável que a partir da imposição legal ou textual sobre ela ocorrerão mudanças no sentido anunciado (SKLIAR, 2001 apud FERREIRA; FERREIRA, 2004, p. 35).

De acordo com os autores, as mudanças legais trazem um impacto reduzido na materialização do direito à educação para as pessoas com deficiência, isso porque esse tipo de imposição legal tende a gerar resistências entre os profissionais que atuam no contexto escolar, permitindo a criação de uma cultura de tolerância da pessoa com deficiência, no interior da escola.

Kassar (2010) ao analisar a Política de Educação Inclusiva no cenário brasileiro evidenciou a matrícula em classe comum, atendimento especializado em salas de recursos multifuncionais e formação de professores através da modalidade à distância. Contudo, a autora constatou que embora sejam identificados avanços em diferentes escolas quanto a Política de Educação Inclusiva, “o cotidiano das salas de aula ainda nos aponta problemas que historicamente parecem persistir”, (KASSAR, 2010, p. 143) o que conseqüentemente tende a comprometer a qualidade do ensino oferecido a todos os alunos e, demasiadamente aos alunos com necessidades especiais.

Assim, postula-se que questões reveladoras das práticas e dos contextos das escolas precisam vir à tona, tais como: acessibilidade arquitetônica das escolas, o currículo, as práticas pedagógicas, a avaliação, a aprendizagem dos alunos, o tipo de serviço que é realizado no atendimento educacional especializado, a forma como os professores estão sendo preparados para atuar nas classes de AEE, a concepção dos familiares no processo de educação dos filhos, etc.

De acordo com Dorziat (2010), além do direito de todas as crianças estarem na escola, é de suma importância assegurar a promoção do ensino. A ideia defende a educação como um direito de todos, mas aponta para a importância do questionamento dos discursos oficiais, quando pensamos em educação, especificamente em Educação Inclusiva, dado a grande proporção que esta tem adquirido nos últimos anos, com o propósito de oferecer educação para as pessoas com deficiência.

Não há dúvida que a escola, enquanto lugar de convivência social entre as pessoas de diferentes constituições biológicas, étnicas, religiosas, de gênero, de classe, etários etc, tem potencialidade para se constituir em espaço democrático e cidadão, uma vez proporcionadas condições adequadas (DORZIAT, 2010, p. 117-118).

Mesmo diante destas reflexões a respeito das disparidades entre as leis e as práticas vivenciadas nas escolas, não se deve deixar de ressaltar que os registros legais dos últimos anos no Brasil são importantes instrumentos para assegurar a continuidade nas políticas públicas em Educação Especial, “não se perdendo de vista que existe um caldo de movimentos sociais que apoiados pela legislação criam possibilidades de novas reflexões e práticas que forcem a busca de superações” (FERREIRA; FERREIRA, 2004, p. 36).

Assim, Baptista (2006) postula sobre as mudanças necessárias para a inclusão educacional, relacionando a ampliação dos sujeitos incluídos em contextos comuns de ensino e a necessária transformação da escola.

As mudanças necessárias transcendem o nível da didática e, segundo acredito, exigem prioritariamente uma discussão ética sobre as possibilidades e os limites do ato de ensinar/ aprender. Tais mudanças exigem investimentos contínuos e dependem, em grande parte, da existência de projetos político-pedagógicos que dêem suporte às mudanças legislativas, as quais se ocupariam da criação de normas de escasso valor, se tomadas como obrigação pura e simples (BAPTISTA, 2006, p. 91)

Diante do exposto, percebe-se que a efetivação da política de Educação Inclusiva nas escolas regulares é um processo lento e cheio de barreiras, mas essas barreiras sejam elas conceituais, atitudinais e político-administrativas, precisam ser identificadas e removidas. Dirigindo o olhar para as pessoas com deficiência, entende-se que estas devem ser não só incluídas nos diferentes espaços e situações de convivência na sociedade, mas serem aceitas e respeitadas em suas diferenças, limitações, necessidades e particularidades, compreendendo que incluir não se constitui apenas em acesso a escola e mera permanência em sala de aula, mas, o direito de participação e aprendizagem efetiva.

MÉTODO

A referida pesquisa foi gerada a partir dos estudos vivenciados durante o Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado, promovido pela Universidade Estadual de São Paulo UNESP/Marília, em parceria com o MEC/SEESP, durante o período

de 2010 a 2011. Para tanto, optou-se por uma metodologia de pesquisa qualitativa, cuja abordagem busca extrair os significados patentes ou ocultos do objeto de pesquisa.

A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP – Parecer CEP Nº 0272/2011. Ressalta-se que todos os critérios éticos foram seguidos respeitando a Resolução 196/96 que versa sobre Ética em Pesquisa com seres humanos do CONEP.

Inicialmente foi solicitada a autorização da Secretaria de Educação do Município para a realização da pesquisa, e, posteriormente, foi feita a visita ao campo de pesquisa, bem como o contato com os sujeitos participantes, os quais assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a participação na pesquisa.

PARTICIPANTES

Os participantes deste estudo foram selecionados a partir da Secretaria Municipal de Educação de Gurinhém - PB. Os requisitos de inclusão dos participantes foram: ser membros da equipe pedagógica da Secretaria de Educação que atuam em escolas da rede municipal, ou diretores de escolas da rede municipal que atendem alunos com deficiência no Ensino Regular.

Foram selecionados (02) dois supervisores educacionais da Secretaria Municipal de Educação e (05) cinco diretores de escolas da rede municipal, os quais concordaram em participar do estudo. Os participantes foram informados sobre o projeto por meio de uma carta de apresentação de pesquisa e do termo de consentimento livre e esclarecido, a qual expressa o título, objetivo, procedimentos, cronograma de coleta de dados, dados do pesquisador e orientador e orientação para os sujeitos da pesquisa.

A caracterização dos participantes é apresentada no *Quadro 1 – Perfil dos Participantes da Pesquisa*, com a codificação (P), referente ao vocábulo “participante”, seguida de um número de identificação, com o objetivo de manter as identidades preservadas e cumprir com os padrões éticos que fazem parte da pesquisa.

Quadro 1 – Perfil dos Participantes da Pesquisa

Participante	Gênero	Idade	Formação	Cargo/ Função	Tempo de atuação no cargo
P1	F	NI	Pós-Graduação Latu Sensu	Supervisora Educativa	2 anos
P2	M	35	Graduação	Coordenador Pedagógico	6 anos
P3	F	37	Graduação	Diretora Escolar	2 anos e 10 meses
P4	F	41	Pós-Graduação Latu Sensu	Diretora Escolar	7 anos
P5	F	32	Pós-Graduação Latu Sensu	Diretora Escolar	2 anos e 03 meses
P6	M	31	Graduação	Diretor Escolar	3 anos
P7	F	47	Graduação	Diretora Escolar	7 anos

Legenda: P = participante; NI= não informado.

A seleção das escolas foi realizada com base no relatório do Educasenso (MEC/INEP, 2011) referente ao número de alunos com Deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento ou Altas Habilidades/ Superdotação, matriculados nas escolas do município. De acordo com o relatório, o município aludido mantém um total de nove escolas com alunos incluídos, sendo uma da rede privada e oito da rede pública municipal, da qual foram selecionadas uma amostra de cinco escolas para compor o campo de pesquisa, considerando o tempo disponível para a coleta de dados em área urbana e área rural, bem como a disponibilidade e o interesse da escola em participar da pesquisa. A caracterização das escolas pode ser vista no quadro 2.

PROCEDIMENTOS

Para a realização da pesquisa utilizou-se levantamento de documentos legais, levantamento e revisão bibliográfica e pesquisa de campo. O instrumento utilizado para coleta de dados em campo foi o

Quadro 2: Caracterização da Secretaria Municipal de Educação e escolas da rede municipal de Gurinhém/PB

Instituição	Total de alunos	Nº alunos com deficiência	Localização
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Gurinhém	2.396	47	Rua Gov. Flávio Ribeiro, 233, Centro.
EMEF Serafina Ribeiro	527	17	Rua Humberto Lucena, 100, Centro.
EMEF Flaviano Ribeiro Coutinho	240	09	Rua Cônego José Maria Mesquita, Centro.
EMEF Severino F. Correia	61	01	Sítio Manecos II, Área Rural.
EMEF Anália Arruda da Silva	143	06	Sítio Urucú, Área Rural.
EMEF Pe. José Maria Mesquita	197	01	Sítio Manecos I, Área Rural.

questionário estruturado aplicado individualmente aos participantes durante os meses de setembro e outubro de 2011. Os questionários foram entregues aos participantes na instituição, e estes foram orientados quanto às questões e prazo de 10 dias para a entrega.

A organização das perguntas dos questionários partiu de eixos dentro da temática de pesquisa, utilizando-se tanto de questões fechadas como abertas, possibilitando o posicionamento do entrevistado de modo mais aprofundado sobre determinadas questões. Foram elaborados dois tipos de questionários, para ser aplicado aos membros da Secretaria Municipal de Educação (com questões mais específicas das ações realizadas pela secretaria) e questionário destinado aos diretores escolares (com enfoque particular na organização das escolas).

A análise dos dados coletados nos questionários tem como base os documentos oficiais, bem como o aporte teórico, de modo que esses dados foram confrontados e discutidos, permitindo uma análise mais detalhada do objeto de estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados são apresentados com base nos temas abordados nos questionários de pesquisa. Neste sentido, o texto está organizado em dois blocos: A Secretaria Municipal de Educação frente à Política de Educação Inclusiva e Organização das escolas da rede municipal para efetivação da Educação Inclusiva.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FRENTE À POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Considerando o primeiro questionamento apresentado à Secretaria de Educação sobre a organização do sistema educacional do município com base na Política Inclusiva, os participantes relataram que o município em certa medida tem prestado apoio às escolas com alunos incluídos e tem assumido a Educação Inclusiva como uma questão importante para ser efetivada no sistema de ensino, porém, alegam a necessidade de formação de uma equipe dentro da secretaria para conduzir o processo. Essa concepção pode ser observada no discurso *“A secretaria de Educação está tomando todas as providências para que seja implantada uma política inclusiva no município, porém, ainda falta ser organizada uma equipe específica para esta finalidade.”* (p. 1). As colocações dos participantes demonstram que a Secretaria enquanto instituição gestora da educação no município está aberta à discussão e implantação da política de Educação Inclusiva no sistema de ensino, porém, tem se manifestado com relação à necessidade de disponibilizar uma equipe responsável pelo segmento para discutir, planejar, monitorar e avaliar o processo.

Quanto à oferta do Atendimento Educacional Especializado, verificou-se que a Secretaria de Educação foi contemplada com uma sala de Recursos Multifuncionais do Tipo 1³, desde o mês de setembro de 2010, destinada a EMEF Serafina Ribeiro, localizada em área urbana, porém, a sala não está funcionando e os alunos matriculados na escola não recebem o Atendimento Educacional Especializado previsto na Política Nacional de Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e, conforme dispõe o Decreto n°

³ As salas de Recursos Multifuncionais são compostas de equipamentos, mobiliários, materiais pedagógicos e recursos de acessibilidade, organizados nas composições de Tipo I e Tipo II. A descrição das salas pode ser vista no Portal do Ministério da Educação, MEC/SECADI.

6.571/2008 e Resolução nº4 (BRASIL, 2009) que institui as diretrizes Operacionais para o AEE.

De acordo com os participantes, a oferta do serviço não foi efetivada em função da tomada de providências com relação ao espaço físico para funcionamento, aquisição de materiais pedagógicos para a sala, e formação de professores para atuar no atendimento especializado. Além disso, informam que os recursos da sala multifuncional foram entregues de forma parcial, como expressa P2 *“Não recebemos todo material referente ao funcionamento da sala e o prédio ainda não foi concluído”*. Somada a essas questões, apresentaram as principais ações que estão sendo realizadas pela Secretaria com vistas à Educação Inclusiva, as quais são apresentadas no quadro 3.

Quadro 3: Ações da Secretaria Municipal de Educação, Gurinhém/PB

Atendimento Educacional Especializado	P1- (...) reforma na estrutura física das escolas já está em desenvolvimento, porém, a compra dos recursos será realizada em 2012 quando a sala multifuncional for implantada no município
Formação de professores	P1 e P2- Cursos à distância sobre alguma área da Educação Especial. P2- Existe uma proposta para a realização do 1º fórum municipal de políticas públicas para educação inclusiva. P1- (...) está prevista uma formação direcionada para esta finalidade na Jornada Pedagógica que será realizada no início do ano letivo
Acessibilidade das escolas	P1 - Todas as escolas estão sendo reformadas para que sua estrutura física possa oferecer condições de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais. P1- Está sendo construída uma sala adaptada aos portadores de necessidades especiais na Escola Serafina Ribeiro para o desenvolvimento das atividades.
Ação intersetorial	P1- Atualmente o NASF e o PSF (Programa de Saúde na Escola) estão em parceria com a Secretaria de Educação visando realizar o diagnóstico e acompanhamento de alunos que possuem alguma deficiência.

Os relatos dos pesquisados apontam ainda os principais desafios enfrentados pela Secretaria de Educação para a efetivação da Educação Inclusiva “*Os principais problemas enfrentados na secretaria estão na aquisição de recursos financeiros direcionados para este fim e uma política consistente para a Educação Inclusiva*” (P1).

Mediante os dados apresentados, constata-se que a Secretaria Municipal de Educação de Gurinhém, ainda está caminhando no intuito de iniciar em seu sistema de ensino regular a Educação Inclusiva, em razão dos problemas de organização administrativa da Secretaria, equipe pedagógica para atender a demanda do serviço, bem como a estrutura das escolas e dos profissionais, o que por sua vez, se configura em um processo complexo. Esse contexto revela o distanciamento entre os propósitos da política oficial com a realidade dos sistemas de ensino, uma vez que estes se encontram a quem da garantia de direito à educação. É, sobretudo, neste sentido que vale ressaltar a importância de problematizar o discurso oficial e relacionar com a prática, pois na mediada em que essa realidade é apresentada, novas reflexões, questionamentos e problemáticas são postas no cenário educacional com o objetivo de orientar para novas práticas.

Nesta perspectiva, Dorziat (2008, p. 22) declara que, na medida em que compactuamos com a visão oficial e os discursos oficiais que utilizam novas palavras, termos e conceitos, mas continua agindo sobre as mesmas bases, “estamos contribuindo não só para a permanência disfarçada do estado de coisas, mas para criação de cada vez mais grupos de excluídos”. Estas idéias partem do entendimento de que o discurso está fortemente marcado por um esquema de poder que imprime verdades, e estas passam a ser assumidas socialmente como referência.

Ao considerar a particularidade da política de Educação Inclusiva destinada às pessoas com deficiência, alguns autores vão sinalizar que as diretrizes governamentais, bem como as discussões teóricas a respeito da Política de Educação Inclusiva são consistentes, mas, considera que a questão de ordem passa a ser as formas de implementação, ou seja, “verificar como o aparato legal e as políticas públicas estão garantindo a efetivação das propostas inclusivas” (MARINS ; MATSUKURA, 2009, p.. 47)

Para Ferreira (2006, p. 125), o sistema educacional enfrenta inúmeras barreiras para se tornar de fato um sistema inclusivo e para todos. Dentre eles: oferecer uma educação de qualidade, formar docentes capazes de educar na diversidade, flexibilizar o currículo e as práticas da escola. Além disso, o contexto educacional brasileiro convive com outros desafios para desenvolver sistemas educacionais inclusivos:

[...] a recusa de matrículas de alunos e alunas com deficiências nas escolas públicas e privadas... a crença de gestores e educadores de que primeiro as escolas devem estar preparadas para receber aluno(a)s com necessidades especiais; a perspectiva de educadores e gestores de que a inclusão de estudantes com necessidades especiais depende de recursos, meios e profissionais externos à escola [...] (FERREIRA, 2006, p. 130).

Esses fatores que marcam de modo intenso a educação das pessoas com deficiência configuram-se hoje em entraves para a efetivação da educação inclusiva. Uma proposta que implica em mudanças de paradigma educacional, reorganização das práticas de ensino, do currículo e da gestão. Assim, pode-se supor que não é qualquer mudança que vai tornar a escola inclusiva, nem mesmo o simples fato de matricular o aluno com deficiência em uma escola regular e este frequentar as aulas em classe comum. Para Silva (2008, p. 50), “a inclusão não se resume a simples aplicações de métodos e técnicas para saciar as necessidades impostas pelo sistema educacional ou pela sociedade”, é preciso refletir sobre o que está se fazendo, sobre as dificuldades, limites e possibilidades.

Por fim, é necessário evidenciar que as ações da secretaria de Educação de Gurinhém, são passos iniciais, porém, significativos, pois revelam que mesmo dentro das dificuldades inerentes ao contexto particular do município, a oferta de educação para as pessoas com deficiência está sendo discutida e planejada.

ORGANIZAÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL PARA EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Tomando como base a realidade das escolas públicas da rede municipal de Gurinhém, as quais compuseram o campo de pesquisa, verifica-se que a instituição escolar não está oferecendo os subsídios

necessários para o acesso, à participação e aprendizagem dos alunos com deficiência atendidos nas classes regulares. Primeiro, porque as escolas não possuem estrutura física adequada. Segundo, porque não dispõe de profissionais especializados para o atendimento educacional especializado, além de não dispor da sala de recursos multifuncionais. Os alunos estão matriculados apenas no ensino comum e a maioria deles não recebe atendimento especializado dentro da escola e nem tampouco em instituições especializadas.

Para alguns estudiosos, o atendimento educacional especializado se constitui em traço fundamental para garantia da oferta da Educação Inclusiva, principalmente se os alunos matriculados na classe comum necessitem deste apoio (BATISTA, 2008; SÁ, 2011). A Educação Inclusiva é aquela que oferece condições de acessibilidade as crianças, jovens e adultos com deficiência na escola comum, e que oferece atendimento educacional especializado como apoio suplemento ao ensino regular. Conforme sinaliza Batista (2008, p. 121):

A inclusão escolar não significa desconsiderar as especificidades e necessidades educacionais de cada aluno. Pelo contrário, inclusão significa preservar os direitos dos alunos de frequentar as escolas comuns e atender às necessidades específicas para que cada aluno alcance seu pleno desenvolvimento. Dessa forma, a inclusão de alunos com deficiência mental nas escolas comuns contempla a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) de forma complementar e em horário diferente daquele estabelecido pelo ensino regular.

Com esta visão, a autora tem defendido a importância do apoio especializado, concordando que este precisa acontecer concomitantemente com a escola comum, uma vez que um serviço beneficiará o desenvolvimento do outro. Assim, define que o atendimento especializado é como um trabalho diferenciado daquele desenvolvido pela escola comum, uma vez que este não reproduz os conteúdos e metodologias, pois “todo trabalho é pautado na necessidade e particularidade do aluno, tornando-se necessariamente subjetivo e, por isso mesmo, é caracterizado como um “atendimento”, mas isso não impede uma ação eminentemente pedagógica” (BATISTA, 2008, p. 121).

Dentro desta concepção, percebe-se um agravante nas escolas pesquisadas, pois os alunos com diferentes necessidades estão frequentando apenas o ensino regular e são acompanhados por professores que necessitam de formação específica para atuar na área. Esse cenário é revelado pelos gestores escolares que participaram da pesquisa no quadro 4.

Quadro 4: Organização das escolas da rede municipal de Gurinhém/PB

Instituição	Nº alunos com deficiência					Alunos que recebem atendimento especializado	Local do atendimento especializado	Intérprete de libras e instrutor surdo na escola	Professor Braille na escola	Formação dos professores de salas comuns que trabalham com os alunos com deficiência	Professores que participam ou participaram de formação continuada sobre Educação inclusiva
	DF	DA	DV	DI	MD						
EMEF Serafina Ribeiro	2	1	3	10	1	0	-	Não	Não	Pedagogia; Licenciatura em área diferente da Ed. Especial.	Sim. Oficinas e eventos sobre Ed. Especial.
EMEF Flaviano Ribeiro Coutinho	3	-	-	4	2	0	-	Não	Não	Pedagogia.	Sim. Curso a distância sobre Ed. Inclusiva.
EMEF Severino F. Correia	1	-	-	-	-	0	-	Não	Não	Especialização em Ed. Especial; Aprofundamento em Ed. Especial.	Curso presencial e oficinas sobre Ed. Especial.
EMEF Anália Arruda da Silva	-	3	-	3	-	01	Sala comum	Não	Não	-Pedagogia	Não.
EMEF Pe. José Maria Mesquita	-	1	-	-	-	01	FUNAD/PB	Não	Não	- Pedagogia	Não.

Legenda: DF = Deficiência física, DA = deficiência auditiva, DV = Deficiência visual, DI = Deficiência intelectual, MD = Múltiplas deficiências.

Observa-se que as escolas também precisam de apoio técnico, pedagógico e financeiro para melhorar a qualidade das práticas que vem sendo desenvolvida.

Quadro 5: Ações e desafios das escolas da rede municipal de Gurinhém/PB

<p>A escola oferece acessibilidade aos alunos com deficiência física e/ou cadeirante em seus diferentes espaços físicos?</p>	<p>P3- Em parte. A escola possui algumas salas e banheiros adaptados, porém, uma grande parte do espaço físico ainda não dispõe desse serviço. P4 – Em parte. Construção de rampa e banheiros parcialmente adequados. P5 – Em parte. A escola não está totalmente acessível. P6 – Em parte. Há apenas uma rampa na entrada da escola. P7 – Em parte. Mas a escola busca soluções conjuntas para conhecer bem a criança e envolver os demais funcionários em ações que ajudem a incluí-la na rotina do dia a dia.</p>
<p>A escola tem mobiliário escolar adequado para alunos com comprometimento motor?</p>	<p>P3 – Em parte. Apenas uma banca em cada sala de aula. P4 – Em parte. Mesas adaptadas para cadeirantes. P5– Não. P6 – Em parte. Há apenas uma carteira meio que adequada. P7- Em parte. A escola procura adaptar o desafio e descobrir o que existe ou que pode ser criado para beneficiar cada criança.</p>
<p>PPP da escola prevê ações para o atendimento dos alunos com deficiência?</p>	<p>P3- Sim. Implantação da sala de recursos multifuncionais e formação de professores. P4 ----- P5 – Não P6 – Sim, no que diz respeito à acessibilidade. P7 – Sim, a escola junto com a secretaria de educação prevê a compra de material didático e contratação de professor que trabalhe com essa especialidade.</p>
<p>Quais as principais dificuldades enfrentadas pela escola para a inclusão dos alunos com deficiência?</p>	<p>P3 – Professores não habilitados na área, formação para os funcionários de forma geral, Morosidade na abertura da sala, as adaptações necessárias em toda a escola p/ o acesso dos alunos. P4 – Falta de profissionais; o ambiente não é adequado; os professores não estão preparados para trabalhar com esses alunos. P5 – Recursos como: materiais pedagógicos adequado, professores como intérpretes, etc. P6- Um diagnóstico médico (com precisão) e comprovação; Formação ou falta de formação adequada para os educadores. P7 – A dificuldade é a questão de como adaptar esses alunos no convívio escolar.</p>

De acordo com os depoimentos, algumas iniciativas (rampas e banheiros adaptados), foram tomadas no intuito de promover a acessibilidade das escolas, no entanto, estas ainda não oferecem acessibilidade aos alunos com deficiência física, visual, etc., que precisam se locomover dentro dos diferentes espaços da escola. Somada a essa questão, os gestores alegaram os principais desafios enfrentados para a inclusão dos alunos com deficiência e as ações delineadas nos Projetos Políticos Pedagógicos destinados a esta modalidade de ensino.

É notável nos depoimentos a referência à formação dos professores como fator de grande importância na proposta da Educação Inclusiva. Para os gestores das escolas municipais, a formação dos professores tem se configurado em uma das principais dificuldades enfrentadas. Nessa linha de pensamento, Silva (2008) postula a importância da formação acadêmica do professor que deverá atuar na Educação Inclusiva. Na concepção de De Vitta e De Vitta (2010, p. 425) “Para que o processo de inclusão ocorra, há necessidade da existência de uma coerência entre a maneira de ser e de ensinar do professor, além da sensibilidade à diversidade da classe e da crença de que há um potencial a explorar”. Portanto, para além da formação do professor, é necessário trabalhar suas atitudes frente à demanda de alunos, enquanto seres diferentes.

De acordo com as discussões teóricas aqui esboçadas, bem como dos dados apresentados, fica patente que a política de Educação Inclusiva se constitui em uma proposta necessária e urgente aos sistemas de ensino, considerando que todas as pessoas devem ter seu direito à educação garantida e efetivada. No entanto, entende-se que para a efetivação desse processo é necessário ir muito além das matrículas e simples acesso à sala regular. As secretarias de educação e as escolas regulares precisam planejar esse processo, orientar-se legalmente e buscar apoio técnico junto aos órgãos responsáveis pela política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No tocante aos dispositivos legais que normatizam a Educação Inclusiva no Brasil, pode-se afirmar que há uma considerável coletânea de textos legais: leis, decretos, resoluções, portarias com vistas à promoção da educação às pessoas com deficiência, transtornos globais

do desenvolvimento e superdotação/altas habilidades, sobretudo, nas escolas regulares. O direcionamento dos documentos oficiais e da própria política de inclusão representa um ganho na medida em que incitam novas discussões no campo da educação, especificamente no sentido de pensar o contexto das escolas, as questões pedagógicas de currículo, a formação dos professores, entre outras, com vistas aos alunos atendidos pela Educação Especial. Por outro lado, entende-se que a existência dos documentos oficiais não garante a oferta de educação.

Quanto à ideia de inclusão, entende-se que não deve ser caracterizada apenas como o acesso à escola, atitudes de respeito e tolerância, pois a inclusão relaciona-se a um valor social e político mais amplo. A inclusão deve ser entendida enquanto luta contra qualquer tipo de exclusão de grupos marginalizados; com o sentido de mobilização e mudanças de um sistema educacional que seja menos hierarquizado, menos disciplinado, menos classificatório; como uma ressignificação do currículo que valoriza as diferenças das pessoas, sem querer uniformizá-las; como uma educação revestida dos mesmos significados e sentidos para alunos que apresentem ou não deficiência.

Quanto à organização das escolas para efetivação da educação inclusiva, considerando a realidade das escolas públicas da rede municipal de Gurinhém e os relatos dos gestores, percebe-se que os problemas estruturais das escolas são muitos, de variadas ordens, desde a estrutura física do prédio, a formação dos professores, os recursos didáticos pedagógicos, a falta de profissionais especializados e o atendimento especializado. Embora se trate de realidades específicas, é possível enxergar uma grande disparidade entre a política de inclusão e a situação das escolas, talvez uma das mais cruéis, uma vez que as pessoas envolvidas neste processo são demasiadamente excluídas dentro do próprio sistema.

REFERÊNCIAS

- ABE, Patrícia Bettioli; ARAÚJO, Rita de Cássia Tibério. A participação escolar de alunos com deficiência na percepção de seus professores. *Revista Brasileira de Educação Especial, Marília*, v.16, n.2, p.283-296, maio-ago, 2010.
- ALVES, Maria Luíza Tanure; DUARTE, Edilson. Os caminhos percorridos pelo processo inclusivo de alunos com deficiência na escola: uma reflexão dos direitos construídos historicamente. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v.24, n.40, p.207-219, maio-ago, 2011. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>. Acesso em: 22 out. 2011.
- BAPTISTA, Cláudio Roberto. A inclusão e seus sentidos: entre edifícios e tendas. In: BAPTISTA, Cláudio Roberto (Org.). *Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas*. Porto alegre: Mediação, 2006. p.83-91.
- BATISTA, Cristina Abranches Mota. Atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência mental. In: MANTOAN, Maria Teresa Égler Mantoan (Org.) *O desafio das diferenças nas escolas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p.121-129.
- _____. Ação Pedagógica e Educação Especial: A sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. *Revista Brasileira de Educação Especial, Marília*, v.17, p.59-76, Maio-Ago, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão: *Revista da Educação Especial*, Brasília, v. 4, n.1, p. jan-jun, 2008.
- _____. *Constituição Federal (1988)*. Rio de Janeiro: FAE, 1989.
- _____. *Decreto 6.571, de 17 de Setembro de 2008*. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm>. Acesso em: 24 jan. 2010.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Ensino Básico *Resolução nº 4, de 4 de Outubro de 2009*. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009, seção 1, p. 17.
- DE VITTA, Fabiana Cristina Frigieri; DE VITTA, Alberto; MONTEIRO, Alexandra S. R. Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência. *Revista Brasileira de Educação Especial, Marília*, v.16, n.3, p.415-428, set-dez, 2010.
- DORZIAT, Ana. Educação Especial e Inclusão Educacional. In: DECHICHI, Cláudia; SILVA, Lázara Cristina da & colaboradores. *Inclusão Escolar e Educação Especial: teoria e prática na diversidade*. Uberlândia/MG: EDUFU, 2008. p. 21-36.
- _____. Políticas e práticas pedagógicas inclusivas na perspectiva do currículo para as diferenças. In: PEREIRA, Maria Zuleide Costa (Org.). *Diferença nas políticas de currículo*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010, p.117-129.
- FERREIRA, Maria Cecília Carareto; FERREIRA, Júlio Romero. Sobre inclusão, políticas e públicas e práticas educativas. In: GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. (Orgs.). *Políticas e Práticas de Educação Inclusiva*. Campinas/SP: Autores Associados, 2004. p.21-48.

FERREIRA, Windy Brazão. Educar na Diversidade: práticas educacionais inclusivas na sala de aula regular. *Anais. III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educacionais*. Brasília, p. 125-131, 2006. Disponível em: <<http://www.grupo25.org.br/evento/4Encontro-WindyFerreira-Educarnadiversidade-ensaiospedagogicos.doc>>. Acesso em: 12 fev. 2009.

INEP/MEC. *Relatório Secretaria Municipal: número de alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação*. Disponível em: <http://educasenso.inep.gov.br/relatorio/municipal/numalunosnecessidade>>. Acesso em: 10 out. 2011.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Política de Educação Inclusiva e as diferenças na escola. In: PEREIRA, Maria Zuleide Costa (Org.). *Diferença nas políticas de currículo*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010. p. 131-146.

MARINS, Simone Cristina Fanhani; MATSUKURA, Thelma Simões. Avaliação de Políticas Públicas: a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino fundamental das cidades-pólo do Estado de São Paulo. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v.15, n.1, p.45-64, jan-abr, 2009.

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de; FERREIRA, Caline Cristiane de Araújo. O cuidar do aluno com deficiência física na Educação Infantil sob a ótica das professoras. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v.15, n.1, p.121-140, jan-abr, 2009.

MITTLER, Peter. *Educação inclusiva: contextos sociais*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SÁ, Nídia de. *Surdos: qual escola?* Manaus: Valer e Edua, 2011.

SILVA, Kátia Regina Xavier da. Expressão da Criatividade na Prática Pedagógica e a Luta pela Inclusão em Educação: tecendo relações. In: SANTOS, Mônica Pereira; PAULINO, Marcos Moreira (Orgs.). *Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 45-57.